

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

O DISCURSO JORNALÍSTICO ENQUANTO PROCEDIMENTO

METODOLÓGICO

Maryana Schmidt Pinto¹; maryana.schmidt@univali.br

Ediene do Amaral Ferreira²; ediene@univali.br (Orientadora)

RESUMO

O artigo enfatiza as noções do papel do jornalismo enquanto ferramenta formadora e disseminadora de informações e sua funcionalidade enquanto metodologia de análise. A técnica que engloba esse viés é pautada em Foucault (2011), alinhando as noções clássicas de Análise de Discurso com uma abrangência compatível com procedimentos metodológicos no campo da pesquisa científica. Por isso, é apresentado o conceito científico de análise do discurso, assim como elencar os pontos importantes do emprego da tendência teórica de Análise Crítica de Discurso e seu emprego. Assim, com o objetivo de socializar esse processo metodológico, a concentração está em suas principais etapas, ou seja, nos procedimentos mais relevantes de como realizar uma análise do discurso no processo de pesquisa científica. Por fim, é discutida a validade e a importância dessa técnica nas pesquisas científicas, preferentemente nas que se caracterizam como qualitativas.

PALAVRAS-CHAVE

Discurso. Foucault. Jornalismo.

1. INTRODUÇÃO

O teórico social Michel Foucault desenvolveu grande parte de sua pesquisa nos estudos acerca do poder. Em seu livro “Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão” (2011), há a presença de um novo tipo de poder, um poder que combina as técnicas disciplinares, aumenta a eficiência de seus diferentes tipos de práticas e atende às expectativas do regime capitalista, conhecido como poder disciplinar.

Antes de analisar a visão foucaultiana de poder, deve-se definir seu conceito genérico, estabelecido na esfera social, individual ou institucional. Para Blackburn

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

²Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/Univali.

(1997, p. 301), o poder pode-se definir como “a capacidade de este conseguir algo, quer seja por direito, por controle ou por influência. O poder é a capacidade de se mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para obter certo resultado”.

A nova configuração do poder, segundo Diniz (2014), data da reconfiguração das sociedades europeias do século XVIII, representando um momento no qual os indivíduos são caracterizados como sujeitos, adquirindo certo aspecto característico em relação ao seu corpo, conquistando espaço como membro ativo da sociedade.

Ainda, tal abordagem dá-se ao considerar-se o sujeito como ser individual, responsável por assegurar o primeiro local no qual há a aplicação dessa nova forma de poder: os corpos humanos.

Assim, na tentativa de individualizar o sujeito, diversas técnicas serão utilizadas para deixá-lo dócil, através, principalmente, do poder dominador. A construção dessa abordagem trata o corpo como uma máquina, transformando-o em uma ferramenta capaz de alcançar objetivos econômicos.

Foucault (2003) inaugurou uma nova metodologia capaz de analisar o conceito de poder através de uma estética única e inovadora. Para compor sua análise, atribuiu o conceito de microfísica ao contexto, afirmando que o poder está diluído em todas as camadas sociais que contemplam as relações humanas.

Ao construir tal análise, Foucault (2011) reforça o conceito de microfísica ao afirmar que não há dominação por parte do Estado em relação ao poder, uma vez que ele se encontra disseminado em todas as esferas sociais. Assim, Foucault (2003) inova ao afirmar que o contexto de poder na sociedade configura-se por pequenas esferas de micro-poder, o qual concentra-se na região periférica em direção ao centro, desconfigurando o modelo hierárquico disseminado anteriormente. Além disso, contrapõe o modelo histórico que embalou as configurações soberanas de governo, pautados sobre proibições e imposições, conforme afirma o autor:

Em primeiro lugar: não se trata de analisar as formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro, no que possam ser seus mecanismos gerais e seus efeitos constantes. Trata-se, ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e

instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento (FOUCAULT, 2003, p. 182).

Nesse contexto, é possível compreender instituições como o Jornalismo enquanto um desses espaços em que essa nova forma de poder se desenvolve, apesar de o autor não citar explicitamente a prática jornalística. A ideia de microfísica do poder afirma que tal conceito não se encontra concentrado em apenas uma única esfera do pensamento, sendo distribuído por todas as camadas sociais. O autor afirma que “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo, e sim porque provem de todos os lugares” (FOUCAULT apud Diniz, 2014, p. 146).

Para tanto, o convívio social de todos os indivíduos estabelece relações de poder ao passo que se torna impossível ignorar tal nuance social e evitar esse dispositivo social. Ainda, torna-se impossível estabelecer os caminhos pelo qual esse novo formato de poder percorre dentro da sociedade, uma vez que sua característica é justamente a difusão dentro desse contexto, aniquilando a posição de detentor exclusivo de tal poder.

Em relação ao poder disciplinar, Foucault (2003, p. 150) afirma que essa técnica atua como uma teia que engloba diversas instituições, usufruindo da punição e vigilância como ferramentas para alcançar a domesticação do sujeito. Essa abordagem contribui para a criação de um indivíduo adequado às normas estabelecidas, originando um ser com utilidade e docilidade.

Para tanto, Foucault (2003) afirma que essa nova configuração de poder caracteriza uma estratégia na qual seus efeitos dominadores não se relacionam à apropriação, mas sim a manobras e fundamentos que configuram uma rede intensa de relações. Nesse viés, o poder torna-se onipresente, substituindo as grandes manifestações de poder, como coroações e ostentações de conquistas, “pelo jogo ininterrupto de olhares calculados” (FOUCAULT, 2011, p. 170), marcando seu caráter

invisível e estabelecendo a característica de submissão à visibilidade obrigatória, no qual os indivíduos estão de forma indireta submissos às novas relações de poder.

3. DESENVOLVIMENTO

O conceito de violência simbólica descrito por Bourdieu (2002) também se relaciona com as temáticas abordadas por Foucault ao tratar sobre a sutileza desse formato de poder. Segundo Bourdieu (2002, p. 07), a violência simbólica representa uma “violência suave, insensível, invisível e suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento”.

Portanto, o poder simbólico para Bourdieu (1989) constitui traços fundamentais da realidade, uma vez que é capaz de institucionalizar valores e estender hierarquias já que possui o poder de interferir na visão do indivíduo sobre o meio no qual está inserido, obtendo os mesmos resultados alcançados pela força física ou econômica, evitando agressões. Tal conceito é reforçado pelo sociólogo francês ao afirmar que:

Os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam contribuindo assim para a submissão inconsciente dos dominados. (BOURDIEU, 1989, p.11).

Bourdieu (2006) constrói, ainda, o conceito de *habitus*, um conjunto de ações herdadas e adquiridas com base na herança social da classe na qual o indivíduo insere-se. Para tanto, os seres humanos possuem esse *habitus* inato ao corpo e pensamento através do acúmulo do capital herdado com o convívio social. Esse conceito é reforçado pelo pensador ao afirmar que tal temática é “um princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação de tais práticas” (BOURDIEU, 2006, p. 162).

A mídia, com seu caráter reprodutivo acerca de fatos que envolvem indivíduos, carrega marcas de tal conceito, ao repetir discursos homogêneos que afirmam visões dominantes, conforme Biroli (2011).

A autora traz a denominação de estereótipos ao afirmar que tais análises configuram padrões de leituras orientadas a partir de referências pré-estabelecidas que norteiam noções de aproximação e julgamento. Tal postura pré-adotada interfere nas relações sociais ao afetar o comportamento do indivíduo, uma vez que simplifica as características únicas de cada um, diminuindo a complexidade e a concretude da individualidade humana.

O conceito de estereótipo relaciona-se diretamente com as abordagens foucaultianas de poder ao estabelecer-se presente dentro de todos os contextos sociais e utilizar a sutileza para unificar e categorizar os seres a partir de referências prévias.

Para a construção de tal modelo organizacional, faz-se necessária a inclusão de um meio de comunicação de massa que, por vezes, propaga um discurso imerso em estereótipos, conforme afirma Biroli (2011). A autora, no início de seu artigo intitulado “Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico”, salienta a relação entre a mídia e o exercício do poder dominador, além da relação amigável entre a comunicação difundida na mídia massiva e a reprodução hegemônica de um discurso, por exemplo.

Nesse viés, os estereótipos configuram reflexos de um discurso imposto por grupos dominantes que utilizam o alcance e a popularidade da mídia como instrumento de difusão. O contexto da informação, inserida de maneira central na discussão e passível da verdade, coloca-se ao centro do debate, entre os grupos dominantes e a sociedade, sob influência da mídia. Tal estrutura organizacional é dotada de grandes volumes de informações cotidianamente, potencializando uma rede concreta de disseminação de dados, de acordo com Biroli (2011).

Paulatinamente, a mídia configura um papel central na discussão acerca dos estereótipos já que detém os meios de divulgação inseridos no contexto social contemporâneo. Porém, historicamente, de acordo com a autora, contribui para a

naturalização da temática, ao reafirmar ou induzir esses conceitos pautados sobre visões específicas, excluindo outras vertentes de pensamentos e abordagens.

A mídia, por sua vez, caracteriza-se, apenas, como um espaço de disseminação dos estereótipos. Porém, como meio responsável por tal distribuição, torna-se responsável por seu impacto, permanência e normalização, conforme Biroli (2011), uma vez que esse conteúdo é levado para inúmeras pessoas, através de referências compartilhadas que constroem a experiência individual, além de repensar o mundo social.

Com base nessa análise, pode-se perceber a participação dos estereótipos na construção individual, além de sua inserção em grupos sociais. Biroli (2011, p. 76) corrobora com tal afirmação ao escrever que “os estereótipos têm um caráter produtivo, naturalizando e realizando valores e julgamentos”.

Ainda de acordo com tal pensamento, as relações sociais configuram os mecanismos capazes de construir as identidades dos indivíduos, sejam com características históricas herdadas com os anos ou com base nos costumes do grupo social no qual o indivíduo pertence. Porém, os estereótipos estão amplamente inseridos nesse contexto, segundo Biroli (2011). Para tanto, sua influência completa a dinâmica do comportamento, ao afirmar ou sugerir papéis no contexto da sociedade atual.

Outra característica inata à sociedade são as relações de poder e, por isso, os estereótipos também se relacionam com camadas diferentes da sociedade, caracterizando esferas sociais. Young (1990, p. 54) afirma que tal característica relaciona a reprodução dos estereótipos com as formas de opressão, ao configurar “constrangimentos e barreiras que agem sobre certo grupo”.

A posição da mídia frente à união com as relações de poder e com os estereótipos marca sua importância no contexto social atual. Com isso, ao veicular um discurso em detrimento a outro, a mídia reforça certa notoriedade do conteúdo propagado, configurando um dos pontos apontados por Foucault em sua análise. Com isso, a materialidade do discurso difundido carrega seu contexto de produção, uma vez que

informações sitiadas e produzidas em conglomerados conhecidos recebem potencialmente maior destaque quando comparados às notícias da mídia alternativa ou periférica. A diferenciação na origem do discurso marca características únicas de cada vertente e, nesse contexto, alguns autores possuem maior notoriedade para abordar certas temáticas.

Biroli (2011) afirma que, em relação às questões de gênero, por exemplo, os estereótipos categorizam o papel da mulher nas diferentes esferas sociais, familiar, profissional, relações afetivas, interferindo no contexto social desse grupo da população. Ainda pautados sobre marcas do patriarcado e o ambiente doméstico, tal discurso propagado nos meios de comunicação limitam as interações da mulher, inclusive sua inserção igualitária em outros espaços, como na área esportiva. Aliado a isso, os meios de comunicação naturalizam tal organização, interferindo no pertencimento dos sexos na dinâmica social, além de sua percepção distinta dentro da sociedade e das relações humanas.

Nesse viés, a autora reforça que os pré-conceitos estabelecidos dentro do contexto social sofrem diversas influências, sendo formados por referências disponíveis, inclusive as difundidas pelos veículos de comunicação e o discurso midiático. Porém, os discursos apresentados pelos meios são pautados por códigos morais estáveis e, ao reafirmar tal abordagem, o jornalismo contribui para tal estabilidade, conclui Biroli (2011).

Após essa definição, é possível estabelecer relações de presença do discurso, compreendendo sua característica “infiltrada” nas diversas camadas sociais e estabelecendo parâmetros correlatos em escolas, fábricas, prisões, hospícios, campanhas e marcas publicitárias, além dos veículos de comunicação e o conteúdo produzido. Nesse viés, o discurso percorre todos os aspectos sociais e institucionais, ordenando normas e padrões em todos os ambientes, conforme afirma Foucault (2003).

O discurso, como conhecemos hoje, é fruto de diversas construções históricas que o naturalizaram com o tempo, trazendo-o para o centro das discussões sociais de

forma orgânica e onipresente. Tal abordagem pode ser observada ao analisar o discurso como prática social associada às relações de poder presentes em todas as camadas e instituições sociais. Assim, o discurso configura-se como elemento fundamental da construção da realidade, produzindo, assim, diversos saberes e, entre eles, destaca-se o poder.

Outro conceito relacionado ao discurso e com forte impacto nas avaliações de Michel Foucault é o enunciado. Em suas obras, o autor afirma que “o discurso nada mais é que um conjunto de enunciados que se configuram com base na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 1986, p. 135).

Os enunciados, por sua vez, desconstroem a ideia de unidade, uma vez que se encontram presentes em frases e atos da linguagem, sofrendo, também, a influência de signos. Concomitante, a importância dos enunciados, de acordo com Foucault (1986), baseia-se em quatro pilares centrais: um **referente**, a figura de algo identificável e referenciável; um **sujeito**, alguém capaz de realizar afirmações; um **campo associado**, a existência de outros enunciados correlatos ao discurso; e, por último, uma **materialidade** específica, as formas concretas no qual ele é apresentado, passível de reprodução.

Assim, perceber um enunciado é compreendê-lo como fenômeno específico em determinado tempo e lugar sendo, por isso, capaz de destacar enunciados específicos dentro de um conjunto, uma vez que tais enunciados pertencem a formações discursivas únicas.

Ainda, Foucault (1986) destaca características inatas ao discurso, com marcas presentes em sua construção. Um dos conceitos centrais baseia-se nos **procedimentos de exclusão** de informações discursivas que podem ser estruturados sob perspectivas distintas.

Inicialmente, os procedimentos de interdição consistem no controle do que pode ser dito, em que circunstância e a quem é permitido falar. Assim, o desejo e o poder mantêm uma ligação intrínseca com a interdição, uma vez que os próprios

discursos formam o objeto do desejo, ou seja, luta-se pela dominação dessa prática social. Além disso, a exclusão é exercida também pela separação e rejeição.

Outro meio de exclusão não se restringe à relação entre verdadeiro e falso, um binômio que se altera conforme a época, os lugares e as pessoas que o circundam. Ao passo que se delimita os conteúdos excluídos das narrativas, pode-se destacar quais discursos podem ser compreendidos como verdadeiros para o sujeito, oportunizados pela subjetivação.

Nessa perspectiva, Foucault (1986) reforça que tal subjetivação relaciona-se diretamente com as relações de poder, uma vez que ele atua na construção de tal característica de forma sutil. Para tanto, a noção de subjetividade existe, apenas, quando inserida em um discurso. Nesse sentido, Foucault (1972, p. 561) analisa que o discurso obriga o indivíduo a conhecer “uma verdade do homem bastante arcaica e bem próxima, silenciosa e ameaçadora: uma verdade abaixo de toda verdade, a mais próxima do nascimento da subjetividade e a mais difundida entre as coisas”.

O discurso, portanto, possibilita a produção de determinados tipos de subjetividade. Nele, é possível encontrar mecanismos de subjetivação e as táticas das relações de poder que excluem outras possibilidades discursivas, seja interditando, rejeitando ou separando o verdadeiro do falso, ou fazendo tudo isso de uma só vez, conforme aponta Foucault (1972).

Dentre as diversas vertentes do discurso, o jornalismo configura-se como uma das atuantes, promovendo a disseminação do discurso em inúmeras esferas específicas, além das grandes massas.

A análise desses discursos dá-se com base em marcas estabelecidas por Michael Foucault, envolvendo questões como a materialidade do discurso, a legitimidade do sujeito, o discurso do jornalismo como formador de opinião das massas e a legitimação ou dissonância desse discurso por parte do veículo jornalístico.

Além disso, estabeleceu-se correlações específicas com determinados conceitos de Foucault (1986), com enfoque no referente, caracterizado pela figura de algo

identificável e referenciável; sujeito capaz de realizar afirmações, legitimando-as; campo associado, a existência de outros enunciados correlatos ao discurso; e, por último, materialidade específica, as formas concretas no qual ele é apresentado, passível de reprodução; e o conceito de procedimento de exclusão.

Com base nesses conceitos, é possível estabelecer conexões de tais afirmações com o discurso jornalístico, encontrando elementos comuns as observações de Foucault (1986) nos artigos e reportagens selecionados, incluindo trechos que exemplificam tais afirmações e estabelecem marcas discursivas sobre o corpo feminino e o esporte.

O discurso, objeto de análise e discussão em diversas obras de Michel Foucault, é fruto de diversas construções narrativas. Para compreender tal fundamentação, faz-se necessário compreender o conceito de discurso e afastá-lo de buscas incansáveis por sentidos ocultos ou fáceis interpretações acerca do que é dito, compreendendo esse objeto de forma pragmática e destemida. Foucault (1986, p. 53) reforça essa metodologia ao afirmar que, durante a análise discursiva deve-se “mantê-la em sua consistência, fazê-la surgir na complexidade que lhe é própria”, analisando as palavras ditas e sua existência material.

Para alcançar tal objetivo, pode-se frisar a importância da renúncia aos signos, um objeto ou fenômeno que, por natureza, representa ou substitui outro. Esse conceito, quando presente na análise, interfere na objetividade ao carregar significados geralmente distorcidos e onipresentes que afetam a análise do discurso dito, das palavras proferidas sem a presença de pré-conceitos naturalizados a elas e significados ocultos.

Assim, analisar os enunciados proferidos envolve a exclusão da concepção de fácil interpretação do que é dito e da busca por significados ocultos, explorando os materiais em sua essência, mesmo que sejam produzidos com base em construções histórico-políticas ao passo que a linguagem é, essencialmente, uma construção de práticas narrativas.

Com base nesses conceitos, a Análise do Discurso configura-se como uma ferramenta linguística capaz de estudar o discurso em sua essência, relacionando língua e ideologia. Silva e Araújo (2017, p. 18) afirmam que “o discurso é o local onde se pode verificar a relação entre a língua e a ideologia, além de verificar como os efeitos de sentido são gerados através dos enunciados”.

Nesse sentido, Foucault (1986, p. 136) afirma em seu livro “A Arqueologia do Saber”, que o discurso é:

Um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização: um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política.

Foucault (1986, p. 135) reforça essa ideia ao afirmar que “a análise do enunciado e da formação discursiva são estabelecidas correlativamente”, porque “a lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma única e mesma coisa”. Ao passo que tal relação é estabelecida, pode-se conceituar uma formação discursiva como:

Um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. (FOUCAULT, 1986, p.82).

O conceito de formação discursiva relaciona-se diretamente com o espaço do discurso, locais constituintes de saberes específicos. Portanto, discursos políticos, econômicos, publicitários e jornalísticos envolvem conjuntos de enunciados específicos, apoiados sobre determinados campos de formação discursiva, como política, economia, publicidade e, claro, jornalismo. Nesse viés, pode-se compreender esse campo como um espaço capaz de estabelecer limites para o que pode ser dito com base na posição ocupada dentro do campo.

Essa abordagem, segundo Foucault (1986), pode ser definida como “matriz de sentido”, na qual os falantes são reconhecidos com base em seus discursos e os significados ali produzidos são reconhecidos como naturais e óbvios.

Nesse sentido, os enunciados produzidos pelos indivíduos estão presentes em formações discursivas com certo grau de verdade no discurso, subvertendo as regras, marcas temporais e condições históricas. Portanto, o que se diz está diretamente relacionado às relações de poder e aos saberes do período no qual o discurso é produzido, reproduzindo tais marcas herdadas. Assim, Foucault (1986, p. 136) afirma que a prática discursiva se relaciona diretamente com:

Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

Nessa mesma temática, o autor conceitua o discurso com base em sua capacidade de normalizar um fato à medida que tal informação é disseminada.

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à notoriedade silenciosa da consciência em si. (FOUCAULT, 1996, p. 49).

Dentre as diversas vertentes do discurso, o jornalismo configura-se como uma das atuantes, promovendo a disseminação do discurso em inúmeras esferas específicas, além das grandes massas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção dos conteúdos noticiosos, o jornalista prioriza determinadas informações e personagens, destacando aspectos que, em sua opinião, se sobressaíram em relação aos outros, além de estabelecer relação com outras esferas que trabalham diversas temáticas. Ainda, de acordo com Gomes (2009), enaltece ângulos e recortes da matéria, selecionando imagens, ícones e representações típicas normatizadas para

a construção das narrativas. Tais escolhas, de acordo com a autora, podem configurar atalhos cognitivos para uma realidade que reforça padrões e estereótipos que serão difundidos nos meios de comunicação de massa.

Gomes (2009) afirma, em seu artigo intitulado “Jornalismo: poder disciplinar”, que o jornalismo delega e destaca os acontecimentos de maior interesse, sendo responsável por direcionar o leitor a tal preferência, apontando os temas com privilégios que marcam sua importância no cotidiano do leitor.

Por isso, o jornalismo, em sua essência, contém traços capazes de dar visibilidade a determinado assunto ou enfoque, sendo artifício desenvolvido de forma concomitante aos dispositivos de controle social. Tal conceito conversa diretamente com os apontamentos de Foucault (2003, p. 105) ao afirmar que “a disciplina é uma técnica de exercício de poder que foi não inteiramente inventada, mas elaborada em seus princípios fundamentais durante o século XVIII”, sendo um mecanismo antigo de coerção que fora aperfeiçoado com o advento da modernidade.

Nessa configuração, o jornalismo torna-se objeto de disseminação dos discursos disciplinares, uma vez que pauta os assuntos com destaque, levando o leitor a considerar aquela informação essencial para seu cotidiano, conforme afirma Gomes (2009). Além disso, é responsável pelo estabelecimento dos fatos considerados - ou não - importantes e concedendo ao jornalismo a posição de mestre do poder disciplinador, disseminando práticas, condutas, formas e padrões para toda a sociedade.

Foucault (2003) reforça tal afirmação ao analisar a multiplicidade do discurso como meio capaz de reproduzir e disseminar enunciados específicos e carregados de construções correlatas a construções históricas, narrativas ou ideológicas, assegurando a inexistência de enunciados livres, neutros ou independentes, estando inseridos sempre em conjuntos, construindo e se destacando dentro dos demais coexistentes.

Os discursos que preenchem as capas das revistas e jornais, por exemplo, são de caráter assertivos, construídos a partir da notoriedade do assunto, bem como pela presença do narrador onipresente. Gomes (2009, p. 3) afirma que tais discursos,

construídos a partir de informações incontestáveis, são justamente “aqueles que pretendem não deixar margem a contrapontos ou mesmo a um diálogo, sendo disciplinares por excelência como efeito de sua forma de construção”.

Nesse viés, o conceito de vigilância faz-se presente, ao analisarmos o papel do jornalismo como fundamental na garantia da disciplina e controle dentro da sociedade atuando, ainda, como vigilante dos discursos disseminados e reproduzidos. Pensando nisso, a autora define a dualidade do jornalismo nesse contexto, afirmando seu posicionamento. Para tanto, pode-se afirmar que o jornalismo se encontra diante de uma configuração ambígua, no papel de interlocutor do discurso de terceiros e, ao mesmo tempo, fonte de seu próprio discurso.

Portanto, a mídia, ao mesmo tempo que configura um espaço de fala de diversos indivíduos e instituições e divulgação e circulação dos discursos considerados verdadeiros na sociedade, também se impõe como criadora de um discurso próprio.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S.L.], n. 6, p. 71-98, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO).

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DINIZ, Francisco. Foucault: do poder disciplinar ao biopoder. **Revista Scientia**, 2 (3), 01-217, 2014. Acesso em: 24 out 2021.

FOUCAULT, Michel **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.



FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 39.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GOMES, Mayra Rodrigues. Jornalismo: poder disciplinar. **Revista Kairós**, São Paulo, Caderno Temático, 6, dez, 2009.

SILVA, Jonathan Chasko da; ARAÚJO, Alcemar Dionet de. A metodologia de pesquisa em Análise do Discurso. **Grau Zero**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 17-31, 12 abr. 2017.

YOUNG, Iris Marion. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press., 1990.